

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo.
Dependência e desenvolvimento na América Latina:
Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição.
Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

*Resenhado por Natasha Pereira Lubaszewski**

Originalmente escrita durante o seu exílio, em 1966, em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* é uma das obras de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de maior ressonância nas Ciências Sociais. Graduado em sociologia pela Universidade de São Paulo, Fernando Henrique lecionou nessa mesma Universidade até iniciarem-se as perseguições após o golpe de 1964, motivo pelo qual acabou se exilando no país chileno. Faletto, por sua vez, era professor titular da Universidade do Chile, obteve sua Licenciatura em História e, mais tarde, seu Mestrado em Sociologia na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Na época em que foi escrita a obra, ambos os autores trabalhavam em uma organização das Nações Unidas (ONU) ligada à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social.

Dependência e Desenvolvimento na América Latina representa o auge da obra intelectual construída por Fernando Henrique Cardoso. É um livro caracterizado pela fuga à resposta convencional, marcando o pensamento acadêmico de tal forma que reconhecer hoje a diversidade das rotas de desenvolvimento e

*Graduanda de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: natashaplubaszewski@gmail.com

a existência da dependência nas relações entre a América Latina e os países da Europa e os Estados Unidos tornou-se algo trivial, quase óbvio. Porém, representava na época uma ruptura com o pensamento reinante.

Ao introduzir a teoria da dependência, FHC parte da rejeição da ideia de que os países em desenvolvimento estivessem repetindo – ou devessem repetir – a história dos países desenvolvidos. Defende, então, que há diferentes caminhos ou sequências que podem ser seguidos na busca pelo desenvolvimento, dependendo de condições históricas e estruturais específicas de cada país. Considera, dessa maneira, a particularidade dos processos de desenvolvimento, tornando-se possível transportar a teoria da dependência para uma diversidade enorme de países, abrangendo outros contextos e regiões geográficas.

Assim, ao analisar os diferentes trajetos, consideram-se sempre as relações entre o interno e o externo e entram análises de diversas situações de dependência, entre elas a fase de formação do Estado Nacional e de surgimento de uma burguesia exportadora, a dependência na situação de enclave e a na fase de internacionalização do mercado e/ou industrialização. Nas palavras de Fernando Henrique, estas situações

não constituem etapas, mas formações sociais específicas que supõem, às vezes, arranjos particulares que contêm a existência das três situações, embora sempre estruturadas de forma sobre determinada (CARDOSO, 1970, p. 41).

Partindo, então, dessa ideia, Dependência e Desenvolvimento na América Latina busca mostrar como os desenvolvimentos econômico, político e social relacionavam-se nos países latino-americanos. Considerando uma situação de dependência na análise do desenvolvimento, pretende-se ressaltar na obra que a maneira pela qual as economias nacionais integrar-se-ão ao mercado mundial será definida pela forma como se dá a inter-relação dos grupos sociais internos a cada país e destes com os grupos externos. Para isso, requer-se encontrar onde o poder econômico expressa-se como dominação social e, portanto, política.

Cada uma das situações de dependência era vista como um rearranjo da forma na qual se configuravam as novas alianças políticas entre as diferentes classes sociais internas e de como esse movimento se relacionava com as crises ex-

ternas de cada época. O período da industrialização, em especial, foi visto como uma política de acordos, um jogo político no qual participavam e disputavam a sua hegemonia tanto os setores médios e industriais urbanos quanto os setores agroexportadores e financeiros. Do outro lado do jogo apareciam as camadas populares, que podiam servir tanto como objeto de dominação quanto base de sustentação. Nesse sentido, o populismo aparece como o elo através do qual se vinculam essas massas, com uma participação política relativamente limitada e uma débil estrutura sindical, incapaz de abranger os camponeses aos principais interesses da burguesia e da oligarquia.

A obra trata de forma muito clara e concisa a transição desse modelo nacional-populista, no caso brasileiro, para um modelo dependente-associado, marcando um esgotamento das políticas econômicas anteriores e uma necessidade de reformas estruturais que não mais poderiam ser levadas a cabo pelo modelo antigo. Nesse período surgiam teorias, por um lado, de cunho nacional-desenvolvimentista – que pregavam o desenvolvimento autônomo nacional – e por outro, de cunho socialista. FHC propunha uma solução alternativa. Em suas palavras:

as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo (CARDOSO & FALETTI, 1977, p. 120).

Alega-se, nesse sentido, que, além do momento de crise do modelo econômico anterior coincidir com uma época de busca de novos mercados por capitais estrangeiros, nesse período foi possível que os últimos se ajustassem de forma aceitável aos interesses das classes hegemônicas internas. Como o socialismo não encontraria eco no proletariado brasileiro, a única alternativa que restava era a abertura ao capital estrangeiro, afinal a reprodução do capital não se dava internamente, havendo a necessidade de financiamento, tecnologia e investimento serem feitos pelo capital estrangeiro.

Defende, assim, um novo caráter da dependência, que não mais teria caráter de superexploração imperialista, mas se revelaria numa conciliação de interesses internos e externos. No novo modelo formar-se-ia, então, uma tríade entre

capital do Estado, capital nacional e capital internacional e, assim, criar-se-iam melhores condições para o investimento estrangeiro, de maneira que se tornaria possível acumular capital suficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico.

No caso brasileiro, isso ocorre marcadamente na era de Juscelino Kubitschek. Ao investirem muito mais do que na simples exportação de capital e importação de matérias-primas, as multinacionais contribuíram efetivamente para a inserção brasileira na internacionalização dos mercados, ainda que de forma dependente. Deslocaram-se para o Brasil não só empréstimos, mas indústrias completas, de modo que foi através da abertura ao capital estrangeiro que se tornou possível atingir altas taxas de crescimento e, principalmente, superar a industrialização restringida¹. Dessa maneira, a abertura do mercado brasileiro não tinha, na visão de Faletto e Fernando Henrique Cardoso, um efeito negativo, afinal, para eles, o vínculo entre o desenvolvimento e a dependência externa seria plenamente possível.

A partir dessa obra, surge uma nova maneira de ver a divisão internacional do trabalho. Além da oposição entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, que caracterizava um estado de diferenciação do sistema produtivo, e entre “centro” versus “periferia”, que destacava as funções que cabem a cada tipo de economia, surge uma nova ideia de oposição: entre países “autônomos” e “dependentes”. Tal ideia alude diretamente às condições de existência e funcionamento dos sistemas econômico e político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. Dessa forma, a teoria de Fernando Henrique Cardoso contribui principalmente para a identificação de processos sociais e de dinâmicas das burguesias nacionais influenciados pelas elites em nível internacional, pondo em voga a relação de dependência que as primeiras mantinham com as segundas. Nesse sentido, ao desafiar os dogmas já estabelecidos na época, FHC construía um novo.

¹ Nessa época formaram-se importantes indústrias de bens de consumo permanente, como a automotriz e as indústrias de bens intermediários.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. 143 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Teoria da Dependência” ou “Análises Concretas de Situações de Dependência?* Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1970. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/teoria_da_dependencia_ou_analises_concretas.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2015.